



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

**Gabinete do Ver. Rafael da Silva Alves**

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA - RS

Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893

Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)

E-mail: [rafaelalves@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:rafaelalves@uruguaiana.rs.leg.br)



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**DOCUMENTO:** Projeto de Lei nº 112/2019

**PROCEDÊNCIA:** Poder Executivo

**RELATOR:** Ver. Rafael Alves

**ASSUNTO:** “Dá nova redação ao inciso I, do artigo 7º e ao artigo 8º da Lei Municipal n.º 4.287, de 2013, conforme menciona”.

**PARECER**

Chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei nº 112 de 11 de novembro de 2019, de proposição do Poder Executivo, que dá nova redação ao inciso I, do artigo 7º e ao artigo 8º da Lei Municipal n.º 4.287, de 2013, conforme menciona

A presente proposta de alteração da legislação municipal tem como objetivo principal, a concessão de benefícios que abrange todos os projetos habitacionais já concluídos e do que está sendo construído, Dr. Olavo Rodrigues. Trata-se da isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, quando da transferência do imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR ou ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, e na primeira transmissão do FAR e FDS aos beneficiados dos programas habitacionais.

A isenção ora pretendida, não causa prejuízo na arrecadação do Município, pois o valor do imposto é recolhido no final do empreendimento, com a emissão da carta habite-se, considerando que o fato gerador dos impostos só ocorre quando concluído o empreendimento e, sendo assim, não se caracteriza como renúncia de receita.

Sendo assim, do ponto de vista legal, concluo pela viabilidade constitucional do presente Projeto de Lei, uma vez que respeita as normas legais a ele impostas.

Assim, a proposta é legal e constitucional, sendo **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Aprovado o Parecer

Em 05/11/19

*[Assinatura]*

Presidente da Comissão

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2019.

*[Assinatura]*  
**Ver. Rafael Alves**  
**Relator.**

**De acordo:**

**Contrário:**